



Participantes da XV Plenária Nacional da Fenajufe

Plano de Carreira em foco

A XV Plenária Nacional da Fenajufe aprovou o anteprojeto de lei elaborado pelo GT de Carreira da Fenajufe. O conteúdo do anteprojeto aprovado na reunião da Fenajufe em novembro já havia sido encaminhado para o STF, sob forma de diretrizes.

Na ocasião também foi apresentada a proposta da Comissão Interdisciplinar, que é composta por Ramiro Lopez e Roberto Policarpo, da Fenajufe, representando entidades sindicais, e outros nove membros dos Tribunais Superiores. Segundo Lopez, os trabalhos devem ser concluídos até o final deste mês.

A metodologia adotada pela Comis-

são do STF para elaboração do anteprojeto é a alteração de pontos da Lei 11.416/06 (atual PCS), a partir das propostas trazidas pelos tribunais e Fenajufe. Dezesete artigos do atual PCS já foram revistos.

Já o GT de Carreira da Fenajufe apresentou, em forma de anteprojeto de lei, a sistematização das diretrizes apro-

vadas na reunião ampliada de novembro, que será encaminhado ao STF com as alterações aprovadas na XV Plenária.

Participaram como representantes do Sintrajuf-Pe na Plenária: Kátia Saraiva, Benedito Moura, André Pottes, Carlos Felipe, Antônio Feitosa e Antônio Queiroz.

(Leia mais na página 2)

PÁGINA 3

CPI
ameaça
Petrobras

PÁGINA 4

Difícil tarefa
de ser
oficial de justiça

PÁGINA 6

Nova ação
para chefes
de cartório

PÁGINA 8

Forró do
sindicato
acontece dia 26

XV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

Principais deliberações

Principais propostas deliberadas na Comissão Interdisciplinar do STF

- As FCs serão privatizadas (100%) para servidores da carreira, sendo 80% destinados aos servidores do quadro de pessoal ;
- Os CJs, 80% terão ocupação da carreira e 60% destinados aos servidores do quadro;
- Definição de critérios para ocupação de FCs de natureza não gerenciais em regulamento;
- O percentual da GAJ será de 50% sobre o maior vencimento básico do cargo;
- O adicional de qualificação também será devido ao auxiliar judiciário, os percentuais ainda estão em discussão;
- O exercício da função de oficial de justiça ad hoc, será limitado à execução do mandado designado, sendo dispensado automaticamente após o cumprimento;
- Proibição de emprego público e terceirização cujas atribuições coincidam com as previstas na Carreira;
- Em discussão cargo único ou cargo amplo, como também a escolaridade exigida para ingresso;
- Manutenção dos cargos de analistas, técnicos e auxiliar;
- Rejeitou a proposta aprovada na reunião ampliada de criação do cargo de Oficial de Justiça, mantendo denominação atual do Oficial de Justiça Avaliador Federal.
- Defende a criação de Conselho Consultivo e Escola de Formação Nacional.

Propostas da XV Plenária da Fenajufe

- Passa a ter seis cargos: Analista Judiciário, Oficial de Justiça Avaliador Federal, Inspetor de Segurança Judiciária, Agente de Segurança Judiciária, Assistente Judiciário, Auxiliar de Apoio Judiciário;
- Rejeita a avaliação de desempenho;
- Defende o desenvolvimento na carreira com modelo vertical e horizontal;
- Mantém as gratificações de cargos gerenciais, de FC-6 a CJ-4, extinguindo as Funções comissionadas de FC-1 a FC-5. A idéia é utilizar o orçamento das FCs no salário base, defendendo critérios para ocupação.
- Garantia da paridade entre ativos e aposentados;
- Defende a criação dos Conselhos de Gestão Nacional e Regionais e da Escola de Formação Nacional;
- Isonomia com as tabelas de carreiras similares do executivo e legislativo;
- Propõe a GAE e a GAS incidir sobre o maior vencimento básico do respectivo cargo;
- Criação de outros adicionais como: VPT (para quem teve decréscimo ao ocupar outro cargo superior ao fazer novo concurso público), de penosidade (para quem trabalha em locais inóspitos) e anuênio. Cria auxílio educação;
- Licença para mandato classista e participação em atividades sindicais;
- Introduce instrumentos no plano que proíba a prática de assédio moral e nepotismo.

Nossa opinião

Ao considerar a composição da Comissão Interdisciplinar do STF e sua metodologia, é importante observar que estamos em ritmos diferentes. O principal aspecto que não nos favorece é a composição da Comissão, que é muito desigual - nove representantes dos Tribunais Superiores e dois das entidades sindicais. Temos que ter a clareza que as propostas que defendemos necessariamente não serão aquelas aprovadas, assim como aconteceu nos PCSs. A metodologia utilizada por nós também foi diferente. Partimos de uma elaboração mais complexa, com conceitos e definições. Enquanto que na Comissão estão utilizando como guia o PCS atual.

Em alguns aspectos temos resultados positivos na Comissão, a exemplo da ocupação das FCs, ampliando para 100% o percentual de ocupação para os servidores da carreira. Por outro lado, não houve acordo sobre a criação do cargo de Oficial de Justiça e ainda está sendo discutido até o final de junho outras questões relativas aos cargos, como cargo amplo, único, se serão três ou seis cargos.

Em relação ao anteprojeto elaborado pelo GT, a partir dos pontos destacados pela plenária, ressaltamos a nossa preocupação com a criação do conselho, aprovado pelos delegados. Entendemos que as entidades sindicais não devem compor esse organismo, e sim organizar a categoria de forma autônoma. Composto os conselhos, seremos colaboradores na implantação de uma política definida pelos Tribunais.

Uma das justificativas para a criação desses conselhos foi o problema que enfrentamos na regulamentação do atual PCS. Este fato não justifica a criação do Conselho, e sim a nossa exigência da nomeação de representantes sindicais para uma comissão de regulamentação.

Não podemos abstrair as dificuldades que tivemos nos outros PCSs. Este será discutido numa conjuntura diferenciada, onde a crise mundial que se aprofunda afeta toda a economia mundial, podendo ser justificativa do governo para barrar o nosso plano.

É nesse contexto que estaremos debatendo o anteprojeto da Fenajufe, exigindo de nós muita unidade, independente das diferentes concepções.



CPI da Petrobras ameaça soberania do petróleo no Brasil

Um dos principais motivos por trás da criação da CPI da Petrobras é a tentativa de garantir que a iniciativa privada se apodere dos enormes poços de petróleo existentes na camada do pré-sal.

A CPI surgiu no momento em que o Governo Federal anunciava a intenção de regulamentar a exploração, passando a assumir todas as reservas contidas no pré-sal. Diante da ameaça, o Governo já começa a ceder. Agora já fala em entregar essas reservas as empresas que arremataram os blocos leiloados, excluindo tais jazidas apenas dos leilões futuros.

Com a descoberta das reservas na camada pré-sal, o Brasil pode tornar-se a oitava maior reserva de petróleo do mundo. Hoje, o Brasil ocupa a 24ª posição. Essas reservas podem atingir um volume de

150 bilhões de barris, segundo informações do Ministério das Minas e Energia brasileiro. A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) realizou leilões para a exploração de 42% da região, mas suspendeu os demais depois da descoberta das grandes reservas. A atual legislação (Lei 9.478/97) permitiu essa abertura para as multinacionais.

Neste momento, não devemos permitir que o petróleo descoberto, cujo volume ultrapassa o de diversos países árabes, saia do bolso do povo brasileiro e vá enriquecer mais uma vez os eternos exploradores de nossa nação. O Sintrajuf é contra a CPI e a favor da revogação da Lei 9.478/97 por entender que as riquezas naturais devem ser preservadas para garantir a soberania e a autonomia do País.

Parar a Petrobras é parar o Brasil

Com o slogan "Parar a Petrobras é parar o Brasil", manifestantes da CUT, entidades ligadas aos movimentos sociais, entidades sindicais do setor petrolífero e alguns parlamentares promoveram um ato no final de maio contra a CPI da Petrobras. A atividade teve início com audiência pública na Câmara Municipal do Recife e um ato em frente a Faculdade de Direito. A ação teve como objetivo protestar contra a tentativa de desmoralização da Petrobras.

No protesto representantes do Sintrajuf, Sindpetro, Sindgraf, SindPD, Sindbeb, Sintepe, Sinpro, Sindsep, Radialistas, MST e deputados estaduais e federais.

Em Brasília, no dia 3 deste mês, cerca de três mil pessoas participaram de uma manifestação em frente ao Congresso Nacional para protestar contra a tentativa de paralisar a Petrobras e barrar a campanha dos movimentos sociais por uma nova lei do petróleo.

A CUT Pernambuco, juntamente com o Sindicato dos Petroleiros no Estado e demais entidades filiadas, instalou em 09 deste mês o Comitê Estadual de Defesa da Petrobras. A criação do comitê é antiga reivindicação dos movimentos sociais e tem o objetivo de realizar atos públicos e debates em todo o Brasil para inserir a população nessa discussão. Em São Paulo também foi formado o comitê.

Recesso Judiciário

Nota técnica é aprovada no CNJ; Fenajufe e sindicatos vão pressionar bancadas regionais

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou no final de maio a Nota Técnica nº. 200910000019390, que trata do recesso de final de ano do Judiciário. O documento da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) propõe que o Congresso Nacional mantenha o texto do PL 6645/06, de autoria do deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB/RS), que estende o recesso forense do final de ano ao judiciário estadual.

O documento também pede a rejeição do substitutivo do senador Pedro Simon [PMDB/RS] - medida que acarreta suspensão de julgamentos, audiências e prazos processuais entre 20 de dezem-



bro e 20 de janeiro -, as emendas e subemendas apresentadas ao PLC 06/2007, no Senado Federal.

Segundo a nota técnica da Ajufe o substitutivo de Simon traz prejuízos como a proibição de qualquer intercorrência em processos durante os 32 dias; além do vício de inicia-

tiva, pois a Lei 5010/66 que organiza a Justiça Federal só poderia ser alterada por iniciativa dos tribunais superiores.

Com a aprovação no CNJ, a nota técnica da Ajufe será enviada com urgência às presidências do Senado e da Câmara, das CCJs das duas Casas, à Casa Civil da Presi-

dência da República e à Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

A Fenajufe propõe manter o recesso como é hoje (de 20 de dezembro a 6 de janeiro), com suspensão de prazo de 7 a 20 de janeiro, atendendo o interesse de todos.

A Fenajufe encaminhou ofício ao CNJ em apoio à nota técnica da Ajufe e enviou aos seus sindicatos o documento sobre o PLC 06, elaborado pela diretoria. A orientação geral é de que os sindicatos devem procurar a OAB em seus Estados para tentar fechar uma proposta unificada que atenda aos interesses dos servidores, dos magistrados e dos advogados.

Morte de oficial de justiça em SP expõe desafios da profissão

Clima de ostilidade e até mesmo situações de violência muitas vezes fazem parte da rotina de trabalho dos oficiais de justiça. A morte da oficial de Justiça Sandra Regina Ferreira com nove tiros em pleno exercício da função, em São Paulo no último mês de abril, chamou a atenção da sociedade para as condições de trabalho desses profissionais. A oficial estava cumprindo um mandado de busca e apreensão de uma moto, cujo pagamento estava em atraso. Este não é um

caso isolado. Só para relembrar, em 2008 Juarez Preto, da comarca de Caxias do Sul/RS foi assassinado, também no exercício da função. Em 2004 três fiscais do Ministério do Trabalho e o motorista que os transportava foram mortos a tiros em Unaí (MG). Eles estavam investigando denúncias de trabalho escravo na região.

Os oficiais de justiça tem a difícil tarefa de localizar as partes, informá-las sobre a penhora da casa, sobre a busca, entre outras atribuições.

Trabalho esse essencial não só para fazer andar o processo como também para garantir o direito de defesa. Quando precisam de ajuda policial, os profissionais enfrentam uma burocracia.

Brasília - Não é de hoje que a categoria vem denunciando a precariedade das condições de segurança que desempenham suas funções. Mais de 600 oficiais de justiça de várias regiões do país participaram do Dia Nacional de Lutas dos Oficiais de Justiça, em Brasília,

no final de março. Participou do evento representando o Sintrajuf, o oficial de Justiça e diretor Luis Carlos Medeiros, da JF. Os servidores participaram de audiência pública convocada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal (CDH). Na reunião foi abordado os problemas enfrentados pelos oficiais e a evidente atividade de risco que gera ameaças, homicídios e lesões variadas aos oficiais, que são os encarregados de concretizar os provimentos jurisdicionais.

Sindicato protocola requerimento no TRE sobre remoção

O Sintrajuf-PE protocolou no dia 18 de maio um ofício no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) requerendo ao desembargador presidente Roberto Ferreira Lins a realização imediata de concurso de remoção e a criação de uma comissão para elaborar a minuta de resolução que regulamente as futuras remoções no referido tribunal. Apesar das tentativas do Sindicato, como não foi possível agendar audiência com o presidente, a cópia do ofício foi entregue à diretora geral do TRE, Cleide Soriano, que recebeu as representantes do sindicato Jacqueline Albuquerque e Kátia Saraiva, e um representante dos servidores dos cartórios eleitorais, André Pottes.

No encontro, o sindicato defendeu a realização imediata do concurso de remoção com inclusão não só das vagas como também dos claros existentes, de acordo com a resolução do TST e

outros regionais da JE. Conforme o documento do TST, a remoção por claros deve ser feita em casos como: afastamento por remoção, cessão, mandato eletivo, estudo no exterior e alguns tipos de licença.

Cleide explicou que não está havendo concurso porque não existem vagas. A diretora do tribunal se comprometeu a apresentar o requerimento ao Presidente da casa e encaminhar cópia à Secretaria de Gestão de Pessoas para informações necessárias.

Desde fevereiro de 2008 que não há concurso de remoção na JE, mas há remoção por ofício. Inclusive alguns atos foram publicados sem a motivação legal da remoção, contrariando o argumento defendido pela administração da não existência de vagas. O sindicato acha que a inclusão de claros é uma questão de justiça e aguarda reunião com o presidente.

Aposentados reivindicam direitos

Energia é o que não falta aos participantes do Núcleo dos Aposentados do Sintrajuf-PE. Desde a sua reativação em março, os aposentados vem se encontrando periodicamente para discutir assuntos importantes para os inativos, como luta pela aprovação das PECs 270 (invalidez) e 555 (contribuição previdenciária) e plano de carreira.

Ações como envio de e-mails e cartas aos deputados federais da bancada pernambucana, visita aos parlamentares, realização de atividades e campanhas de mídia em conjunto com outras entidades do Judiciário Federal estão na pauta de ações dos aposentados, que foram encaminhadas para a Plenária da Fenajufe, acontecida de 5 a 7 deste mês, em Manaus.

Na última reunião do Núcleo, realizada no final de maio, ficou decidido a realização de um novo encontro no dia 02 de julho, com atividades durante todo o dia. Para participar, os filiados devem confirmar presença até o dia 29/6, podendo levar um acompanhante.

Os participantes do Núcleo também sugeriam outras atividades para aumentar o entrosamento do grupo e aperfeiçoamento de suas aptidões, como: aulas de informática, curso de línguas, aulas de dança de salão, palestra sobre qualidade de vida. Os aposentados que não tem participado dessas reuniões devem entrar em contato com o sindicato para comparecer na próxima atividade. Todos juntos, somos fortes!



João Carlos Mazella

Presidente do Sintrajuf Jacqueline Albuquerque conversa com o deputado Fernando Ferro (PT) para marcar audiência sobre as PECs 270 (aposentadoria por invalidez) e 555 (contribuição previdenciária) e o PL 5829/2005 (criação de cargos).

Agentes de segurança conquistam a Gas na JF

Em atendimento ao requerimento elaborado pelo Sintrajuf-PE, a Justiça Federal concedeu a Gratificação de Atividade de Segurança (Gas), com efeito retroativo, a dois agentes de segurança. Ambos estão lotados em Petrolina, na Seção de Apoio Administrativo e Serviços Gerais.

Os servidores tiveram prejuízo financeiro por estarem exercendo atividades diferen-

te da originária em uma lotação fora do setor de segurança. O Sindicato pediu a realocação dos mesmos para a Seção de Segurança e Transporte para que pudessem ter direito a gratificação. Como a seção administrativa tinha interesse na permanência dos servidores nas suas atuais lotações, foi concedido o direito a gratificação, mesmo eles estando fora do setor de segurança.

JURÍDICO

Chefe de cartório

Nova ação

O Sintrajuf moverá ação judicial para garantir a isonomia das funções dos chefes ou ex-chefes de cartório eleitoral do interior com os da capital. Para ingressar na ação judicial basta ser filiado ao sindicato e encaminhar o termo de autorização e os documentos necessários, que estão disponíveis no endereço www.sintrajufpe.org.br.

Processo Nº 93.006164-0

O TRE forneceu os elementos para o Sindicato elaborar os cálculos. Estamos aguardando que a União devolva os autos para encaminharmos o processo à assessoria contábil e posteriormente iniciar a execução.

Quintos

TRT
(2002.83.00.014403-1)

No dia 12 de maio a União protocolou embargos a execução. Diante disso, o Sintrajuf deu entrada na impugnação aos embargos, juntando aos mesmos uma certidão informativa do setor de pagamento pessoal do Tribunal. O documento esclarece sobre as rubricas e valores decorrentes da incorporação e transformação de Quintos.

JF
(2002.83.00014402-0)

No dia 04/05 o Sindicato apresentou as contra-razões ao agravo de instrumento, contra a decisão que negou admissibilidade ao Recurso Extraordinário interposto pela União. O processo está na subsecretaria de recursos aguardando decisão.

TRF
(2002.83.00.014404-3)

Foram apresentadas as contra-razões ao recurso especial e extraordinário interposto pela União. Sendo admitido apenas o recurso especial, a União poderá agravar da decisão que negou o recurso extraordinário.

FGTS

TRT
(95.0003425-5)

O Processo encontra-se na fase de execução e os autores foram intimados no dia 2 de junho para apresentar os contracheques ou cópias da CTPS, onde conste a remuneração e alterações do período pleiteado (de 16/02/90 a 15/03/90). Os servidores integrantes do processo devem entregar a documentação necessária aos Sindicato até o dia 20/6. **Autores:** Jacqueline Albuquerque, Raimundo Pereira de Almeida, Wilson Sales Paraíso Filho, Ladislau de Sousa Leão Arôxa, João Rodrigues de Sousa, Edson Barros da Cunha, Eptácio Gomes da Cunha, Ezequiel Bezerra dos Santos, Cícero Francisco de Moraes, Maraia Aparecida G. Grimaldi, Marluce Eunice T. Santos, Luiz Manoel da Silva, Zenilda Maria da Silva, Maria de Fátima C. Leão, Marcelo Gomes da Silva, Cícero Miguel dos Santos, Cantídio Rodrigues Campos, Margareth Dolores dos Santos Cardona, Gercilene Maria Medeiros da Silva, Lydia Gomes de Barros.

Justiça Federal e TRF atendem pedido do Sintrajuf

As administrações entregaram comprovante de rendimento para retificação do imposto de renda; Sindicato disponibiliza contadora para recalcular IR de filiados.

Em resposta ao requerimento do Sintrajuf-PE, a Justiça Federal e o TRF estão entregando um novo comprovante de rendimento para retificação do imposto de renda (ano-base 2006, exercício 2007), referente ao valor recebido a título de juros da URV 11,98%.

O pedido do Sindicato foi protocolado após decisão do Conselho de Justiça Federal,

que orientou que fosse feita a retificação da Dirf, na qual constará como não tributável o valor recebido a título de juros moratório da URV.

O Sindicato está disponibilizando durante o mês de junho os serviços da contadora Wilma Santiago para os filiados que queiram retificar a declaração de IRPF. Os interessados devem ligar para o

número 3421-2608 para agendar o horário com a contadora, que acontecerá sempre as terças e quintas.

O Sintrajuf também protocolará um requerimento no TRT e TRE pedindo o mesmo tratamento.

Documentos necessários

Novo comprovante de rendimento

Cópia da declaração do IR em disquete ou CD

Recibo do envio da declaração

PEC do Precatórios

Sob forte pressão de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e entidades sindicais do meio jurídico, que promoveram uma marcha até o Congresso no início de maio, a Câmara apresentou um substitutivo ao texto da PEC nº 12/06 - aprovado no Senado - que estabelece novas regras para o pagamento de precatórios (dívidas públicas com pagamento determinado pela Justiça) no País. As alterações feitas foram na mudança do índice de correção dos precatórios e na ordem cronológica de pagamentos dos débitos.

A PEC permite a Estados e municípios retardar o paga-

mento e obter descontos de dívidas estimadas em R\$ 100 bilhões com empresas e pessoas físicas. Pela proposta do Senado, o atual índice (inflação mais juros de 12% ao ano)

seria substituído pela taxa da caderneta de poupança e os pagamentos passariam a ser feitos por ordem crescente de valor do precatório em vez da ordem cronológica. A proposta ainda limita o pagamento dos precatórios a um percentual de comprometimento da

receita que varia de 0,6% a 1,5% (municípios) e 0,6% a 2% (estados).

Trata-se de um verdadeiro calote dos governos estaduais e municipais, o que poderá ser seguido pelo governo federal.

O texto original da emenda cria um regime especial de pagamento com

prazo de até 15 anos para quitação dos precatórios. Segundo o presidente da OAB, Cezar Britto, durante a passeata em Brasília, "na forma como

saiu do Senado, a PEC é um atentado violento à democracia. O peso do Executivo sobre o Judiciário será desproporcional e quem tem direito levará até 70 anos para receber. É a institucionalização do calote".

O Sintrajuf sustenta que a limitação da receita de estados e municípios para pagamento dos precatórios da dívida pública oficializa o calote e deprecia o Poder Judiciário, permitindo o descumprimento das sentenças. Fenajufe e sindicatos da base estarão lutando para que o projeto não seja aprovado. Para isso, é necessária a mobilização da categoria.

Proposta pode estabelecer o calote no pagamento dos precatórios

CUT Pernambuco realiza 12º Congresso Estadual

O 12º Congresso Estadual da CUT (Cecut-PE) acontece de 17 a 20 deste mês. No evento, que contará com a participação de representantes das entidades filiadas, serão deliberadas as propostas de ações da Central numa conjuntura de crise, que serão encaminhadas ao 10º Congresso Nacional da CUT (Concut), a ser

realizado entre os dias 3 e 8 de agosto, em São Paulo, e será eleita a nova diretoria da CUT-PE.

Em assembléia realizada no Sintrajuf-PE em maio, foram apresentadas propostas de emendas ao texto base que será discutido no Cecut, além de terem sido tirados os nomes dos representantes do sin-

dicato. Foram eleitos Jacqueline Albuquerque (TRT), Marlos Porto (TRF) e Guido Oliveira (TRT) como suplente. Kátia Saraiva (TRT) foi referendada pela assembléia como observadora pela Direção Estadual da CUT. Jacqueline também foi eleita como a representante no Congresso Nacional.

Sintrajuf e Fenajufe repudiam postura da CSPB sobre imposto sindical

A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) protocolou nos órgãos do Judiciário Federal e do MPU nos estados um pedido para que o imposto sindical seja descontado dos servidores, com base na instrução normativa 1, do Ministério do Trabalho e Emprego, que estende o desconto para servidores públicos.

O imposto sindical é his-

tóricamente repudiado pelo movimento sindical cutista e pela Fenajufe. O Sintrajuf-PE é contra contribuição compulsória imposta pelo Estado. Na avaliação da diretoria, os sindicatos devem se manter autônomos do governo, contando apenas com a contribuição espontânea de seus filiados.

Em resposta a atitude da

CSPB, a Fenajufe divulgou uma nota pública para toda a base contra a ação da referida Confederação. O texto da Federação afirma que a CSPB está desrespeitando a decisão da categoria e interferindo na organização sindical ao solicitar o desconto aos órgãos, pois a Fenajufe e suas entidades de base não possuem nenhuma relação com esta.

O Sindicato, a Fenajufe e a CUT vem travando uma luta que se arrasta desde setembro do ano passado, quando foi editada essa Instrução Normativa. As entidades exigem a imediata revogação dessa norma e defendem que os trabalhadores devem decidir a forma de contribuição com a sua entidade, não aceitando a ingerência do Estado.

Campanha pela valorização do servidor está na terceira etapa



A campanha publicitária pela valorização do serviço público e dos servidores promovida pelo Fórum dos Servidores Federais de Pernambuco (CUT, Sintrajuf, Sindsprev e Sindsep) entrou na terceira fase. Agora em junho quem entrar nos portais JC OnLine e pe360grais encontrará banners. Nos dias 15, 16 e 17 foi feito o lançamento da campanha nos locais de trabalho, com distribuição de cartazes e panfletos.

Em meados do mês passado outdoors foram espalhados em várias localidades nas cidades de Jaboatão, Olinda e no Recife, nos bairros de Afogados, Boa Viagem, Dois Irmãos, Ipsep, Av. Recife, Madalena, Tamarineira, Aflitos, Boa Vista, Casa Forte, Paissandu,

Prado e Santo Amaro, entre outros.

Na primeira fase da campanha foi veiculado um anúncio no Jornal do Commercio e na Folha de Pernambuco, além de inserções nas rádios Jornal, Clube, Olinda e CBN.

As peças tem o objetivo também de apresentar as reivindicações dos trabalhadores pela realização de concursos públicos e a exigência da manutenção dos acordos, ameaçados pelo Governo Federal sob a justificativa da crise.

O Sintrajuf/PE espera com a veiculação dessa campanha estar contribuindo para a sensibilização da sociedade sobre a importância do papel dos serviços públicos e dos servidores.

Junho chegou: venha forrozar na festa do Sintrajuf!

Pé de moleque, milho cozido, assado, canjica, pamonha, bandeirinhas, quadrilhas, forró...

O mês de Junho chegou enchendo todo o Nordeste de cheiros, sabores, cores e muita música, pois é São João. Como não poderia deixar de ser, o Sintrajuf-PE vai comemorar o período com a sua já tradicional festa junina. O 'forrobdó' acontece no dia 26 deste mês, no Clube Alemão, a partir das 21h. As bandas Arquivo do Sertão e Nordestinos do Forró serão as responsáveis por garantir horas de muito forró e animação.

